



**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2012  
PROCESSO Nº 3887/2012**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ Nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_

Recebemos através do acesso à página [www.trt16.jus.br](http://www.trt16.jus.br) ou [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2012.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Senhor Licitante,

Objetivando comunicação futura entre o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e essa empresa, solicitamos a V. Sa. o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra ao Serviço de Licitação por meio do e-mail: [cpl@trt16.jus.br](mailto:cpl@trt16.jus.br).

Os pedidos de esclarecimentos referentes a este pregão deverão ser enviados ao pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico via Internet, para o endereço [cpl@trt16.gov.br](mailto:cpl@trt16.gov.br) (art.19 do Decreto nº 5.450/2005).



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2012.

**PROCESSO Nº 3887/2012**  
**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO**  
**DATA DA ABERTURA: 08/08/2012**  
**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:00 H**  
**LOCAL: WWW.COMPRASNET.GOV.BR**

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, por seu Pregoeiro designado pela **Portaria GP nº 151, de 06 de março de 2012**, e tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 3887/2012**, torna público que realizará licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **menor preço** regido pelas disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17.07.2002, Decreto 5.450, de 31.05.2005, Decreto nº 3.931/01 alterado pelo Decreto nº 4.342/02 e pelo Decreto nº 3.555 de 08.08.2000, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), Decreto nº 6.204/07 e pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078 de 11.09.90, bem como pelas disposições contidas no presente Edital e seus Anexos, partes integrantes e complementares deste Edital.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília-DF**, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

### 1 DO OBJETO

**1.1 A presente licitação tem por objeto a constituição de REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição eventual de **Materiais Permanentes**, conforme especificações e quantidades MÁXIMAS constantes no anexo I (Termos de Referência), parte integrante deste Edital;

**1.2** O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região não se obriga a adquirir os itens adjudicados aos licitantes vencedores, nem as quantidades indicadas no Anexo I, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art.15, § 4º, da Lei nº 8.666/93, e art. 7º, do Decreto nº 3.931/01.

**1.3** Em caso de divergência entre as especificações do objeto registradas no Comprasnet e as constantes neste Edital e seus anexos, prevalecerão sempre as últimas;

### 2 DOS ANEXOS - CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL

**2.1** Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA;

**2.2** Anexo II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

### 3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO



**3.1** Poderão participar deste PREGÃO as empresas interessadas do ramo de atividade relacionada ao objeto deste certame que:

**3.1.1** Não tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, sem que tenha sido promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade; ou punidas com suspensão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, enquanto perdurar a suspensão;

**3.1.2** Não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que sejam suas formas de constituição, ou ainda, empresas estrangeiras não autorizadas a funcionarem no País.

**3.1.3** Em processo de insolvência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

**3.2** Como requisito para participação neste pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e que inexistente fato superveniente que o impede de participar do certame e ainda declaração de não empregar menor, exceto na condição de aprendiz.

**3.3** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

## **4 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art.3º, § 1º do Decreto nº 5.450/2005), no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**4.2** O credenciamento da licitante, bem como sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

**4.3** As informações para cadastramento no SICAF estão disponíveis no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**4.4** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

**4.5** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção da sua capacidade técnica



para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

**4.6** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 13, inciso III, do Decreto nº 5.450/2005).

**4.7** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005).

## **5. DAS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

**5.1** O fornecedor que tiver direito ao tratamento diferenciado e favorecido previsto em lei, deve declarar, no ato do envio da sua proposta e em campo próprio do sistema, que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

**5.2** O Sistema Comprasnet verificará automaticamente, junto ao banco de dados da Receita Federal, a condição do porte das empresas, se microempresas - MEs e empresas de pequeno porte - EPPs, que será refletida no sistema após o encerramento da fase de lances.

**5.3** A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outros crimes previstos na legislação penal e das sanções previstas no neste edital.

## **6 - DA PROPOSTA DE PREÇO**

**6.1** Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas:

**6.1.1 — A proposta no sistema deverá constar o preço unitário dos itens.**

**6.2** É recomendável que os licitantes apresentem suas propostas com antecedência, não deixando para cadastrá-las no dia do certame. O sigilo das propostas é garantido pelo sistema comprasnet e apenas na data e horário previstos para a abertura, as propostas tornam-se publicamente conhecidas;

**6.3** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.(art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005);



**6.4** É vedado ao licitante apor na proposta qualquer elemento que possa identificá-lo, sob pena de desclassificação;

**6.5** A oferta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

**6.6** A empresa proponente poderá concorrer nos itens que a ela convier;

**6.7** Nos preços propostos deverão estar contidos todos os custos diretos e indiretos, tributos, materiais, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

**6.8** - A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão de abertura do certame.

## **7 DA DIVULGAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

**7.1** No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, a sessão pública na Internet será aberta por comando do Pregoeiro (art. 22 do Decreto nº 5.450/2005);

**7.2** Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquela(s) que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital (22 § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

**7.3** A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (art. 22, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005);

**7.4** A partir da abertura da sessão pública *on line* até o encerramento da fase de lances, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer via sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (chat), **vedado qualquer identificação da licitante**, sob pena de desclassificação.

## **8 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**8.1** Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro (art.24, caput e § 1º, do Decreto nº 5.450/2005);

**8.2** O licitante que tiver sua proposta eletrônica desclassificada não poderá ofertar lances;

**8.3** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital (art. 24, § 2º do Decreto nº 5.450/2005);



**8.4** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (art.24, §3º, do Decreto nº 5.450/2005);

**8.4.1** O sistema durante a etapa de lances registrará em ata, lance acima do menor lance ofertado, desde que este seja inferior ao último lance encaminhado pelo respectivo fornecedor;

**8.5** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro (art.24, §4º, do Decreto nº 5.450/2005);

**8.6** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance (art.24, §5º, do Decreto nº 5.450/2005);

**8.7** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo registrados, sem prejuízo dos atos realizados;

**8.7.1** Quando a desconexão persistir por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br));

**8.8** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que definirá período entre um a sessenta minutos;

**8.8.1** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, observado o período definido pelo pregoeiro, após o que transcorrerá **período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema**, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (art.24, §§ 6º e 7º do Decreto nº 5.450/2005);

**8.9** Encerrada a etapa de lances, a sessão pública poderá ser suspensa, a critério do pregoeiro, sendo justificado o motivo da suspensão no sistema;

**8.10** A sessão pública será reiniciada no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) em data e horário determinados pelo pregoeiro quando da sua suspensão, devendo os interessados estarem conectados a fim de acompanhar o desenrolar da sessão pública.

## **9 DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

**9.1** Após o encerramento da fase de lances e apurado o menor preço por item, inicia-se as verificações do sistema eletrônico para os casos de empate;

**9.1.1** Havendo empate de propostas entre empresas de médio e grande porte e ME/EPP, o sistema passa a disponibilizar funcionalidade para identificar em coluna



própria as ME/EPPs participantes, fazendo-se a comparação entre os valores da 1ª colocada, caso esta não seja ME/EPP e das demais ME/EPPS na ordem de classificação;

**9.1.1.1** Entende como **empate**, aquelas situações em que as **propostas/lances finais** registradas pelas **microempresas ou empresas de pequeno** porte sejam **iguais ou até 5% superiores ao último lance** (§ 2º, do art. 44 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006);

**9.1.2** Para proceder ao critério de desempate, o sistema automaticamente seleciona os itens com suas características, disponibilizando-os nas telas do pregoeiro e fornecedores, bem como encaminha mensagem convocando a ME/EPP que se encontrar na situação descrita no item anterior (empate) para fazer a sua última oferta no **prazo de 5 minutos** controlado pelo sistema, sob pena de preclusão (§ 3º, do art. 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006);

**9.1.2.1** A proposta que se enquadrar na situação de empate com a 1ª colocada terá o direito de encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da 1ª colocada no prazo estipulado no subitem 9.1.2 e controlado pelo sistema;

**9.1.3** Caso a ME/EPP cuja proposta se enquadrar na situação de empate desista ou não se manifeste no prazo estabelecido no **subitem 9.1.2**, o sistema convocará as demais ME/EPPS participantes na mesma condição, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito (art. 45, II da LC 123/2006);

**9.1.4** Havendo êxito no procedimento de desempate, o sistema disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação;

**9.1.5** Não havendo êxito ou não existindo empate prevalecerá a classificação inicial;

**9.1.6** Na hipótese da equivalência de valores, nas propostas registradas entre duas ou mais ME/EPPS, que se encontre na situação descrita no sub item 9.1.1.1, o sistema fará um sorteio eletrônico entre as licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate ( art. 45, III da Lei Complementar nº 123/2006);

**9.1.7** Na ausência de funcionalidade do sistema, deverá o pregoeiro possibilitar às ME/EPPS com direito de preferência, oportunidade para que elas exerçam prerrogativa mediante manifestação no chat.

## **10 DA NEGOCIAÇÃO**

**10.1** Após a realização do desempate das propostas e classificação final das licitantes, o pregoeiro poderá encaminhar, via sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (art.24, §8º, do Decreto nº 5.450/2005);



**10.2** Ocorrendo a situação a que se refere o **item 11.6** o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

## **11 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**11.1** Para julgamento será adotado o critério de **menor preço por item**, valor de mercado e exeqüibilidade dos valores ofertados, atendidas as exigências e especificações estipuladas no Edital e seus anexos;

**11.2** O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação;

**11.3** Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital e seus anexos;

**11.4** O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços apresentados caberá ao autor da proposta, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da data da notificação;

**11.5** Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o **menor preço por item**;

**11.6** Se a proposta ou o lance, de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital e seus Anexos;

**11.7** Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital e anexos, o licitante será declarado vencedor.

**11.8** Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art.5º, Lei n.º 8.666/93). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.

**11.9** É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.

## **12 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**12.1** É permitida a comprovação da habilitação jurídica e da regularidade fiscal, na forma e condições estabelecidas neste Edital, por meio de cadastramento no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), nos termos do Decreto nº 3.722, de 09/01/2001, do Decreto nº 4.485, de 25/11/2002, e da IN MARE nº 05, de 21/07/1995 e suas alterações, assegurada à cadastrada o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão do Pregão, nos termos constantes neste subitem.



**12.2** A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos “Documentos de Habilitação” da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital e para as licitantes inscritas no SICAF e que optaram por utilizar esse Sistema, a verificação será feita por meio de consulta “on-line” da regularidade quanto ao cadastramento no SICAF, assegurada à cadastrada o direito de apresentar a documentação atualizada na própria sessão do Pregão, cujo resultado será informado às interessadas.

**12.2.1** A convocação para apresentação da documentação atualizada será feita através do **sistema**, devendo a empresa encaminhar o documento por meio do link “Anexar” ou pelo e-mail [cpl@trt16.jus.br](mailto:cpl@trt16.jus.br), quando convocado pelo pregoeiro, através do chat. Os documentos deverão estar “scaneados” antecipadamente);

**12.2.2** Procedida a consulta, será impressa declaração demonstrativa da situação da licitante (Anexo V da IN MARE nº 05/95, e suas alterações), a qual será juntada ao processo de licitação;

**12.3** Ainda para efeito de habilitação será verificado se a licitante declarou, em campo próprio do sistema eletrônico no sítio do comprasnet, que a empresa não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre, assim como não utiliza o trabalho de menores de 16 (desesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme exigência contida no inciso V, Art. 27, da Lei 8.666/93.

**12.4** Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a assinatura do emitente de tais documentos, além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado;

**12.5 O (s) licitante (s) vencedor (as) que optar por não utilizar o SICAF, para fins de verificação do seu cadastramento, deverá encaminhar os documentos relacionados, por meio do link “Anexar”, quando convocado pelo pregoeiro através do chat.**

### **12.5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**12.5.1.1** Registro Comercial, no caso de empresa individual.

**12.5.1.2** Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos exigidos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**12.5.1.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;



**12.5.1.4** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

## **12.5.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**12.5.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**12.5.2.2** Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal referente aos tributos federais, neles abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

**12.5.2.3** Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, mediante certidão da Dívida Ativa da União;

**12.5.2.4** Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), expedida pelo INSS;

**12.5.2.5** Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

**12.5.2.6** Prova de inexistência de Débitos Trabalhista, mediante a apresentação da certidão negativa, nos termos do inc. V do art. 29 da Lei 8.666/93, com nova redação instituída pela Lei nº 12.440/11 (disponível no *site* do TST – <http://www.tst.jus.br/certidao>).

**12.5.2.7** – Havendo alguma restrição na documentação fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será concedido **prazo de 2 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a requerimento do interessado e a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (**art. 43, § 1º, da LC 123/2006**);

**12.5.2.7.1** – O pedido de prorrogação deverá ser protocolado dentro dos dois dias úteis inicialmente concedidos, sob pena de intempestividade.

**12.5.2.7.2** A **não-regularização da documentação**, no prazo previsto no **subitem 12.5.2.7**, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação (**art. 43, § 2º, da LC 123/2006**);

**12.6** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e seus anexos;



**12.7** Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por tabelião de notas, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial;

**12.8** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado;

**12.9** Quando houver documentos que não sejam expedidos pela própria empresa e o órgão emissor não declare a validade do documento, este terá **validade de 90 (noventa) dias**, contados da data de emissão;

**12.10** A não apresentação de documentos ou não cumprimento de quaisquer das exigências deste item importará em imediata inabilitação do Licitante;

**12.11** Para fins de habilitação, constitui meio legal de prova, a verificação pelo TRT nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões (art.25, § 4º do Decreto nº 5.450/2005);

**12.12** Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será **declarada vencedora**;

**12.13** Na hipótese da licitante mais bem classificada não ser beneficiária do direito de preferência e desatender às exigências habilitatórias, será declarada inabilitada, cabendo ao Pregoeiro examinar a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame;

**12.14** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico;

**12.15** Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Diretor-Geral para homologação do certame.

**12.15.1** Na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Diretor Geral deste TRT para julgamento do recurso, adjudicação e homologação do certame;

**12.16** No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art.26, § 3º do Decreto nº 5.450/2005);



### 13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**13.1** Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão;

**13.2** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**;

**13.2.1** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizados no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). no link: acesso livre > pregões > agendados ou no menu principal, no link: visualizar impugnações > esclarecimentos > aviso;

**13.3** Até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública o interessado poderá solicitar **esclarecimentos** sobre ato convocatório do Pregão, **exclusivamente no endereço** [cpl@trt16.jus.br](mailto:cpl@trt16.jus.br).

**13.4** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

### 14 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**14.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma **imediate e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art.26 do Decreto nº 5.450/2005);

**14.1.1** **Intenção motivada** de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão;

**14.2** A falta de manifestação **imediate e motivada** do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará na decadência do direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (art.26, §1º, do Decreto nº 5.450/2005);

**14.3** O Pregoeiro fará o juízo de admissibilidade do recurso, aceitando ou rejeitando a intenção de recurso do licitante;

**14.4** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (art.26, §2º, do Decreto nº 5.450/2005);

**14.5** Caso o pregoeiro não **reconsidere sua decisão**, submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento;



**14.6** Os registros das razões do recurso e das contra-razões serão realizados em campos específicos no próprio sistema;

**14.7** O sistema encaminhará automaticamente e-mail para os demais licitantes quando do registro das razões do recurso;

**14.8** As decisões do Pregoeiro e autoridade competente serão registrados em campo específico do sistema;

## **15 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**15.1** Adjudicação será feita pelo pregoeiro sem que tenha havido recurso, caso contrário, pelo Diretor Geral deste TRT;

**15.2** Julgados os recursos, a autoridade titular do órgão promotor do certame fará a adjudicação e homologará a licitação;

**15.3** A contratação resultante do objeto deste Edital reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

## **16 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1** Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preço, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos;

**16.2** O adjudicatário será convocado para, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados do recebimento da convocação, **assinar a Ata de Registro de Preços**, oportunidade em que deverá apresentar as condições de habilitação previstas neste edital;

**16.2.1** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período e por uma única vez mediante justificativa devidamente aceita pela Administração;

**16.2.2 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da licitante;**

**16.3** Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação das condições de habilitação ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços poderá ser convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais (art. 27, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005);

**16.4** Caso o primeiro classificado não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionada no Anexo I, é facultado ao TRT a contratação dos quantitativos restantes



dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado, inclusive quanto a preço.

## 17 DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

**17.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da publicação** da mesma no Diário Oficial da União, em conformidade com o disposto no art. 4º do Decreto nº 3.931/2001;

## 18 DA REVISÃO DOS PREÇOS

**18.1** Durante a vigência da Ata, os valores registrados serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado;

**18.2** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório;

**18.3** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o TRT deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e convocado outros fornecedores eventualmente registrados para o item negociado;

**18.4** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TRT poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer **antes do pedido de fornecimento**, podendo convocar os demais fornecedores eventualmente registrados para negociação;

**18.5** Não havendo êxito nas negociações, o TRT procederá a revogação do item da Ata de Registro de Preços e adotará as medidas para obter contratação mais vantajosa;

**18.6** Os valores revisados serão publicados no Diário Oficial da União.

## 19 DA FORMALIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS REGISTRADOS

**19.1** A quantidade anual estimada a ser adquirida para os itens licitados está descrita no Anexo I, parte integrante deste Edital;

**19.2** Os pedidos de materiais a serem adquiridos pelo TRT serão realizados ao longo da vigência da ata de registro de preços. A cada solicitação, será formalizada a emissão de Nota de Empenho, onde estarão detalhados os materiais e quantidades para entrega a ser encaminhada à CONTRATADA por meio de fax ou outro meio;



**19.3** As condições previstas neste Edital e seus anexos integram a Nota de Empenho independente de transcrição;

**19.4** A partir do recebimento da Nota de Empenho iniciar-se-á o prazo de entrega estabelecido no anexo I deste Edital;

**19.5** As Notas de Empenho serão emitidas para fornecimento de acordo com as disponibilidades de armazenamento e as necessidades do TRT.

**19.6** A contratada deverá avisar por escrito e de imediato qualquer alteração em seu endereço ou telefone, sob pena de aplicação das sanções previstas neste edital, garantida a prévia defesa.

## **20 DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**20.1** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto n.º 3.931/2001 e na Lei n.º 8.666/1993;

**20.2** Caberá ao fornecedor do material beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, independente dos quantitativos registrados em Ata, **desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

## **21 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**21.1** O fornecedor terá seu registro de preços cancelado quando:

a) Por iniciativa da Administração:

- I) Não cumprir as exigências do edital de licitação e as condições da Ata de Registro de Preços resultante desse procedimento;
- II) Recusar-se a retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- III) Não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV) Tiver presentes razões de interesse público.

b) Por iniciativa do próprio Fornecedor:

- I) mediante solicitação por escrito, comprovando a impossibilidade do cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, em função de fato superveniente, aceito pela Administração, que comprovadamente venha a comprometer a execução do serviço.

**21.2** O cancelamento do Registro de Preços, assegurados o contraditório e a ampla será formalizado por despacho da autoridade competente do TRT da 16ª Região.



## 22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**22.1** - Ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, garantida a ampla defesa a licitante que:

Não assinar a Ata de Registro de preços no prazo estipulado;  
Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;  
Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Termo de Referência;  
Não manter a proposta, injustificadamente;  
Falhar ou fraudar na execução do contrato;  
Comportar-se de modo inidôneo;  
Fizer declaração falsa;  
Cometer fraude fiscal;

**22.2** - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a licitante vencedora estará sujeita à penalidade tratada no item anterior:

- a) Apresentação de situação irregular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- b) Pela recusa injustificada em receber a nota de empenho;
- c) Pela não entrega do material, caracterizando-se a falta se não for efetivado dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência, salvo quando expressamente justificado.
- d) Pela não assinatura da ata de registro de preços no prazo estipulado.

**22.3** - Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Licitante as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de empenho;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com este Tribunal, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**22.3.1** - A sanção de multa poderá ser aplicada conjuntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração deste Tribunal, declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**22.3.2** - O valor da multa será descontado do pagamento devido à Contratada.

**22.3.3** - Inexistindo pagamento a ser efetuado, o Contratante oficiará à Contratada para que esta recolha aos cofres da União, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da correspondência, o valor correspondente à multa aplicada, devendo apresentar ao Contratante cópia autenticada do respectivo comprovante. Caso o recolhimento não seja efetuado, o valor correspondente à multa aplicada será cobrado judicialmente.



## 23 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

**23.1** A (s) adjudicatária (s) deverá (ão) fazer a entrega do material, objeto da presente licitação, conforme o estabelecido nos itens 5, 6, 8, 11 e 12 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

## 24 DO PAGAMENTO

**24.1** O pagamento será efetuado **até o 5º (quinto) dia útil**, a contar da protocolização da nota fiscal/fatura ou documento equivalente, na Diretoria de Cadastramento Processual, situado no térreo do edifício-sede deste Regional;

**24.2** Para fins de pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar devidamente atestada por servidor designado para a fiscalização do contrato.

**24.3** Na hipótese de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 24.1 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa.

**24.4** Havendo circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susgado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias;

**24.5** Sobre o valor total da fatura será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições da União Federal, conforme estabelecido na **Instrução Normativa SRF nº 480/2004**, se for o caso;

**24.6** A retenção dos tributos a que se refere o item anterior não será efetivada caso a contratada apresente junto com a Nota Fiscal a comprovação de que a mesma é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micros Empresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES;

**24.7** O pagamento da fatura somente será efetuado se a CONTRATADA comprovar regularidade fiscal com as contribuições previdenciárias (INSS), Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e FGTS(CRF) e Prova de inexistência de Débitos Trabalhista, que será feita por consulta no SICAF ou nos sites oficiais da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Caixa Econômica Federal e sitio do TST.

**24.8** Na hipótese de atraso no pagamento de responsabilidade da Administração, o valor a ser pago deverá ser atualizado e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$



$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira

TX = percentual da taxa de juros de mora

EM = encargos moratórios

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

## 25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**25.1** A critério do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região a presente licitação poderá ser:

**25.1.1** Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

**25.1.2** Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

**25.3** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório;

**25.4** As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas após homologação pela autoridade competente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

**25.5** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

**25.6** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação (art.5º, § único, do Decreto nº 5.450/2005);

**25.7** Fica entendido que o presente Edital, seus anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si, de modo que quaisquer detalhes que se mencionem em um documento e se omitam em outro, serão considerados especificados e válidos;

**25.8** Em caso de divergência entre o (s) anexo (s) e o Edital, prevalecerá a redação deste último;

**25.9** Outras informações sobre a presente licitação e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro, no Serviço de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – Avenida Senador Vitorino Freire, 2001, Sobreloja, Bairro Areinha, Cep: 65.030-015, São Luís-MA, tele-



fores (98) 2109-9378 ou 2109-9379 e 2109-9421, nos dias úteis, no horário das 8 às 17 horas ou via e-mail através do endereço eletrônico [cpl@trt16.jus.br](mailto:cpl@trt16.jus.br);

**25.10** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TRT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

**25.11** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

**25.12** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

**25.13** O proponente que vier a ser contratado, ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

**25.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

**25.15 Na hipótese de haver diferença na especificação, entre a registrada no sistema comprasnet e no edital, prevalecerá a do edital;**

**25.16** Dúvidas no encaminhamento da proposta eletrônica poderão ser dirimidas em consulta ao manual disponibilizado para os fornecedores no link: [publicações > manuais > pregões > pregão eletrônico – fornecedor](#); ou pelo telefone 0800.782323 ou e-mail: [comprasnet@planejamento.gov.br](mailto:comprasnet@planejamento.gov.br);

**25.17** O presente edital estará disponibilizado no sítio, [www.trt16.jus.br](http://www.trt16.jus.br), do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e no [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 19 de julho de 2012.

Raimundo Nonato Monteiro Filho  
Pregoeiro Oficial

Gisele Fernandes Azevedo Cutrim  
Equipe de Apoio

Maria Lídia Borges de Sousa  
Equipe de Apoio

## ANEXO I



## TERMO DE REFERÊNCIA

PROTOCOLO Nº 3.887/2012

### 1 - OBJETO

Aquisição de materiais permanentes na quantidade e especificações abaixo relacionados, processadas através do Sistema de Registro de preços.

ITEM 1	BEBEDOURO DE AGUA	QUANT. REGISTR.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VR. TOTAL R\$
		50	20	350,00	17.500,00
Bebedouro de água, elétrico, para garrafão de 20 litros, tipo torre, cor branca; temperatura regulável de 04 a 15 graus, termostato fixo externo para ajuste de temperatura; gabinete em aço carbono, pré-tratado contra corrosão e fosfatizado, com fino acabamento em esmalte especial; reservatório de alumínio; duas torneiras, sendo uma para água natural e outra para água gelada; pingadeira encaixável e removível e compressor hermético com gás ecológico R-134.a. 220V ou bivolt.					
<b>Prazo de Entrega:</b> Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.					
<b>Prazo de Garantia:</b> Mínimo de 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.					

ITEM 2	LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS TIPO PISTOLA, COM FIO.	QDT. REGISTR.	QT. INICIAL A PEDIR	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
		250	100	150,00	37.500,00
<b>Atributos Técnicos Obrigatórios</b> I - Tecnologia laser diodo visível 650 nm; acionamento através de gatilho ou com feixe luminoso contínuo; indicações de leitura sonora (beep) ou luminosa (led); velocidade de leitura de 100 scan/s; possui led indicador de conexão; distância de leitura de 1 cm até no mínimo 40 cm. Características de compatibilidade: simbologias suportadas: UPCA/E, Código 39 ASCII completo, Codabar, Pharma Code, intercalado de 2 de 5, Código 93, Código 128, EAN 128, MSI, EAN 8/13, Plessey, RSS14, código 49; 3of 9 Barcode (True type); Code 39 Quarterinch-Regular (true type) e Barcode39 (true type), considerando que os campos que utilizam essas fontes são alfanuméricos de tamanhos variados, com até 20 caracteres; Ser capaz de desconsiderar espaços em branco contidos nos códigos de barra, conseguindo, nessa situação, efetuar a leitura do código corretamente; Tipo de Interface: teclado (dim/minidim), RS232, USB, emulação Wand; Possibilitar, com o leitor ligado, diversas programações que deverão ficar armazenadas em dispositivo de memória, mesmo após perdas de energia. Características físicas, elétricas e ambientais: Carcaça em material rígido e resistente; carcaça contendo número e série, marca e modelo; acabamento externo com pintura uniforme sem deformações, arestas cortantes ou parafusos salientes; possuir suporte apropriado para a pistola quando na condição de descanso; resistência a choque: queda em concreto no mínimo de 1,2 metros sobre superfície; peso máximo de 200 gramas. Alimentação bivolt automática 110/220 V					
<b>Prazo de Entrega:</b> Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.					
A assistência técnica deverá ser prestada nesta capital (S.Luís-Ma.) por empresa devidamente autorizada e constante na proposta de preço, sob pena de desclassificação.					



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
SERVIÇO DE LICITAÇÃO  
PA n. 3887/12 - PE/SRP n. 18/2012



**Prazo de Garantia:** Mínimo de 12(dozes) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

ITEM 3	AP. TELEFONICO	QT. REGISTR.	QT. PEDIDA	VALOR R\$	VR.TOTAL R\$
		250	100	40,00	10.000,00

Aparelho telefônico - multifrequencial, na cor gelo, compatível com a central telefônica digital utilizada neste Tribunal, com função de transferência de ligações através da tecla "FLASH", função de captura de chamadas através da tecla " \* ", espera inteligente através da tecla FLASH + 100, dentre outras. **(Recebimento Definitivo sujeito a teste de compatibilidade com a central telefônica do Tribunal).**

**Prazo de Entrega:** Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

**Prazo de Garantia:** Mínimo de 12(dozes) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

ITEM 4	VENTILADOR DE COLUNA	QUANT. REGISTR.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
		30	10	140,00	4.200,00

Ventilador de coluna, 60 cm de diâmetro, grade protetora removível com 03 (três) velocidades, com regulagem de altura, na cor branca. 220V.

**Prazo de Entrega:** Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

**Prazo de Garantia:** Mínimo de 12(dozes) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

ITEM 5	VENTILADOR DE PAREDE	QUANT. REGISTR.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
		10	05	140,00	1.400,00

Ventilador de parede, hélice com 60 cm, grade removível com 03 (três) velocidades, com regulagem de altura, na cor branca. 220V.

**Prazo de Entrega:** Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

**Prazo de Garantia:** Mínimo de 12(dozes) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

ITEM 6	APARELHO AR CONDICIONADO DE JANELA DE 21.000 BTUS	QUANT. REGISTR.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
		20	10	1.500,00	30.000,00

Aparelho de Ar condicionado 21.000 btus - aparelho ar condicionado, capacidade refrigeração 21.000, tensão 220, tipo janela, características adicionais 3 veloc., baixo nível de ruído, refrigera, ventila. Selo PROCEL A, manual em português, assistência técnica nesta capital (S.Luís-Ma.)

**Prazo de Entrega:** Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

**Prazo de Garantia:** Mínimo de 12(dozes) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

Item 7	APARELHO DE AR	QUANT.	QUANT.	VALOR	VALOR TOTAL
--------	----------------	--------	--------	-------	-------------



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
SERVIÇO DE LICITAÇÃO  
PA n. 3887/12 - PE/SRP n. 18/2012



CONDICIONADO DE	REGIST.	PEDIDA	R\$	R\$
JANELA 30.000 BTU'S.	20	5	2.400,00	48.000,00

Aparelho de Ar Condicionado de Janela 30.000 BTU`S de baixo nível de ruído; compacto; com ciclo de ar frio; sistema de controle mecânico; tensão nominal 220volts; compressor rotativo; Sistema de renovação de ar ou exaustão; com função termostato; cor branca.

**Prazo de Entrega:** Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

**Prazo de Garantia:** Mínimo de 12(dozes) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

ITEM 8	RELOGIO PROTOCOLADOR ELETRONICO	QUANT. REGISTR.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VR. TOTAL R\$
		50	20	1.200,00	60.000,00

Relógio protocolador eletrônico, com as seguintes especificações:

- dotado de display alfa-numérico de cristal líquido de 0 a 9;
- configuração em menus auto-explicativos;
- impressão automática eletrônica na mesma linha, TRT16ª Região - dia-mês-ano-hora e nº do protocolo - número de autenticações idênticas, sendo que todas as programações e acessos são protegidos por senha de segurança;
- tensão de entrada com abrangência de 90 VAC a 240 VAC (*full range*), com sistema no-break instalado, memória RAM volátil ou EEPROM para armazenamento ou remoção de todas as programações;
- impressão matricial com velocidade mínima de 180 caracteres por segundo;
- ruído inferior a 70 dba;
- chave liga/desliga;
- 220 volts;
- O fornecedor deverá apresentar endereço completo e contato do representante da assistência técnica nesta cidade, sob pena de desclassificação.

**Prazo de Entrega:** Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

**Prazo de Garantia:** Mínimo de 24(vinte e quatro) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

ITEM 9	FRIGOBAR	QUANT. REGISTR.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
		50	20	650,00	32.500,00

Refrigerador compacto tipo frigobar, com capacidade para 120 litros, na cor branca, 220V.

**Prazo de Entrega:** Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

ITEM 10	GELADEIRA	QT. REGIST	QT. PEDIDA	VALOR R\$	VR. TOTAL R\$
		20	10	850,00	17.000,00

Refrigerador com capacidade de 280 litros, na cor branca, 220V, com 01 porta; selo Procel de Economia de Energia "A";

**Prazo de Entrega:** Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

**Prazo de Garantia:** Mínimo de 12(dozes) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
SERVIÇO DE LICITAÇÃO  
PA n. 3887/12 - PE/SRP n. 18/2012



ITEM 11	ESCADA DE ALUMINIO 3 DEGRAUS	QUANT. REGIST.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
		30	10	90,00	2.700,00
Escada com 3 degraus. Estrutura e degraus em alumínio de alta resistência com ponteiros em polipropileno. Dimensões aproximadas: 61 x 40 x 105cm (AxLxP); peso líquido aproximado: 2,5 Kg.; resistente a 100 Kg de carga, no mínimo.					
<b>Prazo de Entrega:</b> Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.					
<b>Prazo de Garantia:</b> Mínimo de 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.					

ITEM 12	ESCADA DE ALUMINIO 5 DEGRAUS	QUANT. REGIST.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
		30	10	175,00	5.250,00
Escada com 5 degraus. Estrutura e degraus em alumínio de alta resistência com ponteiros em polipropileno. Corrimão alto e seguro; fita de segurança, super resistente; Com altura aproximada de 144 cm; resistente a 130 Kg de carga, no mínimo.					
<b>Prazo de Entrega:</b> Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.					
<b>Prazo de Garantia:</b> Mínimo de 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.					

ITEM 13	TELFONE S/FIO DIGITAL	QUANT. REGISTR.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
		30	15	200,00	6.000,00
<b>Telefone sem fio digital:</b> Viva-voz no monofone; Agenda para 40 nomes e números; Bloqueio eletrônico programável; Bloqueio do teclado(cadeado); possibilidade de funcionamento em 220V; Transferência entre ramais; Campanha diferenciada para chamadas internas e externas; bateria original do aparelho, com autonomia mínima de 4 horas de conservação e 72 horas standby; Entrada para fone de ouvido; Cor: grafite ou pérola; selo de homologação da Anatel; Acompanhado do manual do usuário em português.					
<b>Prazo de Entrega:</b> Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.					
<b>Prazo de Garantia:</b> Mínimo de 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.					

ITEM 14	FOGÃO	QUANT. REGIST.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VR. TOTAL
		10	05	400,00	4.000,00
Fogão à gás, 4 bocas, cor branca, acendimento automático, forno alto limpante; mesa tipo inox, tampo de vidro temperado, visor de vidro.					
<b>Prazo de Entrega:</b> Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.					
<b>Prazo de Garantia:</b> Mínimo de 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.					

ITEM 15	APOIO PARA OS PÉS	QUANT.	QUANT.	VALOR	VALOR TOTAL
---------	-------------------	--------	--------	-------	-------------



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
SERVIÇO DE LICITAÇÃO  
PA n. 3887/12 - PE/SRP n. 18/2012



REGIST.	PEDIDA	R\$	R\$
40	10	55,00	2.200,00

Apoio para os pés com inclinação ajustável, superfície antiderrapante de borracha, estrutura de ferro.

**Prazo de Entrega:** Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

**Prazo de Garantia:** Mínimo de 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

ITEM 16	SOFÁ DE 1 (UM) LUGAR	QUANT. REGISTR.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
		50	20	900,00	45.000,00

Sofá de 1 (um) lugar com revestimento em courotex, na cor preta, composto a base em 50% de algodão e 50% poliéster. A almofada do assento solta, composta por uma camada de espuma laminada d-26 soft com 14 cm de espessura e o encosto fixo com uma camada de espuma laminada com 10 cm de espessura. Para maior conforto, deverá ser empregada um compensado de pinos, com cintas elásticas, grampos galvanizados, pés cromados com altura de 14 cm, diâmetro de haste de 50 mm e com sapatas de 70mm com feltro sem regulagem.

Medidas aproximadas (variação máxima de 5%): altura total: 83 cm; profundidade total: 80 cm; altura do assento: 45 cm; largura total: 78 cm; altura do braço: 18 cm; largura do braço: 10 cm.

**Prazo de Entrega:** Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

**Prazo de Garantia:** Mínimo de 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

ITEM 17	SOFÁ DE 2 (DOIS) LUGARES	QUANT. REGISTR.	QUANT. PEDIDA	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
		50	20	1.800,00	90.000,00

Sofá de 2 (dois) lugares com revestimento em courotex, na cor preta, composto a base em 50% de algodão e 50% poliéster. A almofada do assento solta, composta por uma camada de espuma laminada d-26 soft com 14 cm de espessura e o encosto fixo com uma camada de espuma laminada com 10 cm de espessura. Para maior conforto, deverá ser empregada uma camada de fibra 2tb150 e o encosto com inclinação de 102°. **Armação toda em madeira selecionada de eucalipto** e compensado de pinos, com cintas elásticas, grampos galvanizados, pés cromados com altura de 14 cm, diâmetro de haste de 50 mm e com sapatas de 70mm com feltro sem regulagem.

Medidas aproximadas (variação máxima de 5%): altura total: 83 cm; profundidade total: 80 cm; altura do assento: 45 cm; largura total: 135 cm; altura do braço: 18 cm; largura do braço: 10 cm.

**Prazo de Entrega:** Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

**Prazo de Garantia:** Mínimo de 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

ITEM 18	SOFÁ DE 3	QUANT.	QUANT.	VALOR	VALOR
---------	-----------	--------	--------	-------	-------



(TRES) LUGARES	REGISTR.	PEDIDA	R\$	TOTAL R\$
	50	20	2.200,00	110.000,00
Sofá de 3 (três) lugares com revestimento em courotex, na cor preta, composto a base em 50% de algodão e 50% poliéster. A almofada do assento solta, composta por uma camada de espuma laminada d-26 soft com 14 cm de espessura e o encosto fixo com uma camada de espuma laminada com 10 cm de espessura. Para maior conforto, deverá ser empregada uma camada de fibra 2tb150 e o encosto com inclinação de 102°. <b>Armação toda em madeira selecionada de eucalipto</b> e compensado de pinos, com cintas elásticas, grampos galvanizados, pés cromados com altura de 14 cm, diâmetro de haste de 50 mm e com sapatas de 70mm com feltro sem regulagem. Medidas aproximadas (variação máxima de 5%): altura total: 83 cm; profundidade total: 80 cm; altura do assento: 45 cm; largura total: 190 cm; altura do braço: 18 cm; largura do braço: 10 cm.				
<b>Prazo de Entrega:</b> Máximo de 30(dias), a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.				
<b>Prazo de Garantia:</b> Mínimo de 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.				

## 2 - FINALIDADE

Aquisição do material descrito no presente Termo tem como finalidade o suprimento de material Permanente em todo este Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região.

## 3 - JUSTIFICATIVA

Justifica-se a compra do material mediante utilização do Sistema de Registro de Preços, em razão de não haver precisão da quantidade necessária do material a ser adquirido.

## 4 - FUNDAMENTO LEGAL

A solicitação está fundamentada na Lei 8.666/93, Lei n.º 10.520/02 e no Decreto n.º 3.555/200.

## 5 - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

5.1. Certificar a data do recebimento da Nota de Empenho;

5.2. Entregar os materiais observado o prazo estabelecido, a quantidade, o prazo de validade, a embalagem original de fábrica, conforme as suas especificações;

5.3. Obrigam-se a entregar os itens constantes no presente Termo, no Setor de Almoxarifado, térreo do prédio-sede do TRT - 16ª Região, sito a Av. Vitorino Freire, 2001 - Areinha, São Luis/MA, no horário das 09:00 às 16:00 horas, no prazo máximo de 30(trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Nota de Empenho;

5.4. Substituir, no prazo de cinco dias, o material que apresentar defeito de fabricação ou defeito em razão do transporte, a contar da data da notificação.



5.5. Substituir, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação mencionada no item 6.3, todos os materiais recusados na fase de recebimento definitivo;

5.6. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação;

5.7. Responder por quaisquer danos causados diretamente ou indiretamente ao TRT da 16ª Região, ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, na entrega do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo Tribunal;

5.8. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do cumprimento da obrigação assumida tais como impostos, fretes, contribuições sociais, deslocamentos, etc.

5.9. Entregar as notas fiscais, na Diretoria de Cadastramento Processual para a tramitação regular;

5.10. Entregar os certificados de garantia dos produtos no momento da entrega dos mesmos;

5.11. Os bens adquiridos devem atender às normas técnicas elaboradas pela ABNT, nos termos da Lei nº 4.150/62, bem como outras similares, com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

5.12. A comprovação do item anterior pode ser feita mediante inscrição nos rótulos, nas embalagens, por informações disponíveis no site do fabricante e em sites dos órgãos competentes, apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada.

5.13. O mobiliário fabricado com madeira deve acompanhar o certificado de procedência da madeira - DOF (emitido pelo IBAMA), comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou reflorestamento. Caso o DOF seja fornecido em nome da indústria produtora dos painéis de madeira, utilizados como matéria prima pela indústria do mobiliário, a empresa deverá apresentar também declaração de utilização do material da empresa certificada.

5.14. As poltronas devem apresentar laudo comprovando que obedecem a NBR 13962/2006 e versões posteriores. O relatório de ensaio deverá vir acompanhado de documentação gráfica (desenho ou foto) e memorial descritivo com informação necessária e suficiente para perfeita identificação do modelo/linha do ensaiado.

5.15. O mobiliário adquirido deve possuir laudo de ergonomia em conformidade com a NR-17 do MTE, emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou profissional com especialização em ergonomia devidamente habilitado para tal finalidade.



5.16. Após o recebimento definitivo do material, providenciar o conserto ou troca do material defeituoso, no prazo de 20 (vinte) dias da data de notificação de defeito, enquanto perdurar o prazo de garantia.

5.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto nos termos do artigo 65, §1º, da Lei nº 8.666/93;

5.18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência.

## **6 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. Encaminhar ao Fornecedor Registrado a requisição de fornecimento e a nota de empenho respectiva;

6.2. Verificar a quantidade e a qualidade das especificações do material recebido se está de acordo com as exigências;

6.3. Efetuar, por escrito, solicitação de troca quando recebido em desacordo com o pedido;

6.4. Efetuar por escrito solicitação de troca do material entregue com defeito quando constatada no prazo de até 30 (trinta) dias;

6.5. Efetuar, por escrito, solicitação de conserto à Contratada quando ocorrer defeito, dentro do prazo da garantia estipulada;

6.6. Efetuar o pagamento do objeto do contrato no prazo estipulado e proporcionalmente aos materiais entregues;

6.7. Designar um servidor para exercer a fiscalização do contrato.

## **7 - PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

As propostas apresentadas deverão ter prazo de validade de 60 (sessenta) dias a contar da abertura do certame.

## **8 - VALOR ESTIMADO**

O valor estimado para a aquisição de todo o material é de R\$ 523.250,00 (quinhentos e vinte e três mil duzentos e cinquenta reais). Sendo que a solicitação de imediato está orçada em R\$ 206.800,00 (duzentos e seis mil e oitocentos reais).

## **9 - ASSINATURA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

9.1 - A Administração do Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação,



sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência e no Edital;

9.2 - O prazo acima mencionado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da licitante vencedora, durante seu transcurso, no caso de motivo justificado, devidamente aceito pela Administração;

9.3 - A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório terá vigência durante um período de 12 (doze) meses, contados da data da publicação.

## **10. FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO PRODUTO**

10.1. A Contratada fará o fornecimento do material sempre que solicitado pelo Contratante através de Requisição de Fornecimento/nota de empenho, encaminhada(s), por e-mail ou fax, pelo Setor de Almoxarifado.

10.2. O fornecimento ocorrerá durante o horário de expediente do Contratante, das 09h00 às 16h00, em dias úteis, no endereço mencionado no item 5.3 deste Termo de Referência;

10.3. A aceitação do produto pelo Contratante somente se convalida pelo "atesto" na nota fiscal/fatura apresentada ao Fiscal do contrato pelo Contratado;

10.4. Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região requerer o objeto deste Registro de Preços de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor da Ata de Registro de Preço a preferência, em igualdade de condições.

## **11. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS**

I. Estarem de acordo com as especificações técnicas contidas no Item 1 deste Termo de Referência;

II. Estarem devidamente lacrados e identificados, contendo as características do produto e indicação do fabricante, acondicionados adequadamente em suas embalagens originais e em perfeita condições para armazenamento, sob pena do não recebimento dos mesmos;

III. Não apresentarem qualquer defeito de fabricação.

IV. Em nenhuma hipótese serão aceitos produtos reciclados ou remanufaturados;

## **12 - RECEBIMENTO DO MATERIAL**

Os materiais serão recebidos sem prejuízo no disposto no item 11 deste Termo de Referência:

a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com as especificações constantes neste Termo de Referência. Este recebimento limitar-se-á a verificação da conformidade com o



discriminado na Nota Fiscal/Fatura, fazendo constar no canhoto e no verso do documento a data da entrega dos materiais e, se for o caso, as irregularidades observadas.

b) Definitivamente, após 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, observada as especificações, quantidade e as qualificações dos produtos entregues se em conformidade com o exigido e constante na proposta de preço do proponente vencedor.

### 13 - FISCALIZAÇÃO

13.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um servidor do Contratante, devidamente designado, denominado FISCAL DO CONTRATO, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.

13.2 - As decisões e providências que ultrapassem a competência do FISCAL DO CONTRATO deverão ser informadas à autoridade competente em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

### 14. PENALIDADES

14.1 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, garantida a ampla defesa a licitante que:

Não assinar a Ata de Registro de preços no prazo estipulado;  
Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;  
Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Termo de Referência;  
Não mantiver a proposta, injustificadamente;  
Falhar ou fraudar na execução do contrato;  
Comportar-se de modo inidôneo;  
Fizer declaração falsa;  
Cometer fraude fiscal;

14.2 - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a licitante vencedora estará sujeita à penalidade tratada no item anterior:

a) Apresentação de situação irregular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços;  
b) Pela recusa injustificada em receber a nota de empenho;  
c) Pela não entrega do material, caracterizando-se a falta se não for efetivado dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência, salvo quando expressamente justificado.

14.3 - Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Licitante as seguintes sanções:

a) Advertência;  
b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de empenho;  
c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com este Tribunal, pelo prazo de até 2 (dois) anos;  
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será



concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

14.3.1 - A sanção de multa poderá ser aplicada conjuntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração deste Tribunal, declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

14.3.2 - O valor da multa será descontado do pagamento devido à Contratada.

14.3.3 - Inexistindo pagamento a ser efetuado, o Contratante oficiará à Contratada para que esta recolha aos cofres da União, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da correspondência, o valor correspondente à multa aplicada, devendo apresentar ao Contratante cópia autenticada do respectivo comprovante. Caso o recolhimento não seja efetuado, o valor correspondente à multa aplicada será cobrado judicialmente.

## **15 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

15.1 - O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado quando:

### **a) Por iniciativa da Administração:**

I) Não cumprir as exigências do edital de licitação e as condições da Ata de Registro de Preços resultante desse procedimento;

II) Recusar-se a retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

III) Não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV) Tiver presentes razões de interesse público;

### **b) Por iniciativa da contratada;**

I) mediante solicitação por escrito, comprovando a impossibilidade do cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, em função de fato superveniente, aceito pela Administração, que comprovadamente venha a comprometer a entrega do material.

15.2 - O cancelamento do Registro de Preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do TRT da 16ª Região.

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1 - O pagamento será efetuado, após o fornecimento, até o 5º (quinto) dia útil após a entrega, pela Contratada, da nota fiscal/fatura na Diretoria de Cadastramento Processual do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, no térreo do edifício sede, sito à Av, Vitorino Freire, 2001, Areinha, nesta cidade no horário das 8h00 às 17h00;



16.2 - Para fins de pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar devidamente atestada por servidor designado para a fiscalização do contrato.

16.3 - A contratada deverá estar em situação regular junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Justiça do Trabalho, comprovada mediante Certidão Negativa de Débito - CND, Certificado de Regularidade Fiscal - CRF, prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (disponibilizada no site do TRT da 16ª Região ou TST, atualizados).

16.4 - Na hipótese de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado para o pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa.

16.5 - Sobre o valor da fatura serão retidos os tributos e contribuições da União Federal, se for o caso;

16.6 - Será dispensada a retenção tributária caso a Contratada comprove ser optante pelo SIMPLES;

16.7 - Na hipótese de atraso no pagamento de responsabilidade da Administração, o valor a ser pago deverá ser atualizado e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira

TX = percentual da taxa de juros de mora

EM = encargos moratórios

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

## 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

É vedada a veiculação de publicidade acerca do contrato objeto deste Termo de Referência;

São Luis, 25 de junho de 2012

**Josemil da Silva Gedeon**  
Diretor da DMP.

**Tatiana de Moraes Lacerda e Silva**  
Serviço de Compras



## ANEXO II

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### PROCESSO Nº 3887/2012 Pregão Eletrônico nº 18/2012

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, de acordo com o que estabelece o art. 10, do Decreto nº 3.931/2001, o **Pregão Eletrônico nº 18/2012**, constante do **Processo Administrativo nº 3887/2012**, torna público a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_\_/2012, tendo como objeto o fornecimento de **Materiais Permanentes especificados abaixo**, a ocorrer de forma parcelada, conforme sua solicitação, durante o período de vigência da presente ata, cuja validade é de um ano a contar da publicação no Diário Oficial da União (DOU)

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_\_/2012.

Aos \_\_\_\_ dias, do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, compareceu o representante legal da empresa abaixo identificada para assinar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na presença do DIRETOR GERAL DO TRT DA 16ª REGIÃO. A empresa assume o compromisso de fornecer o material, de acordo com as especificações, durante o período de vigência desta ata.

As condições de entrega, faturamento, pagamento, garantia, penalizações, revisão e outras expressamente relacionadas no Edital de **Pregão Eletrônico nº 18/2012**, constante do **Processo Administrativo nº 3887/2012** integram a presente ata, independente de sua transcrição. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Maranhão para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

#### 1) DADOS DA EMPRESA:

Razão social: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ E-Mail: \_\_\_\_\_

Nome representante: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Item	Descrição	Unid.	Qty.	Marca	Valor Unitário (R\$)

São Luís, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

-----  
Diretor-Geral do TRT 16ª Região

-----  
Representante da Empresa